

O PRÍNCIPE ENCARCERADO

Num ensaio de Miguel de Ferdinandy, publicado em Berlim pelo *Colloquium Verlag*, e ao qual já uma vez nos referimos, foram expostas há anos as ideias gerais de um mito peninsular - o mito do príncipe encarcerado, que aparece com frequência nos contos populares e nas obras de literatura.

Parte o autor de uma das peças mais célebres do teatro espanhol «La vida es sueño» de Calderon de la Barca. Movimenta-se a acção em volta de um príncipe a quem o pai, rei prudente e astrólogo, mandara encerrar numa torre muito alta e distante de terras onde vivesse gente, e isto porque os astros futuravam coisas terríveis para o filho.

Assim cresceu este até que, já adolescente, o pai o fez adormecer e conduzir durante o sono até ao palácio real. Aqui, mal acordou, o príncipe, Segismundo de seu nome, tratou logo de usar a liberdade e o poder para exercer a mais descompassada tirania.

Desiludido, o pai fê-lo adormecer de novo e levá-lo para a torre onde devia ficar o resto dos seus dias.

Sucedeu, porém, que um cavaleiro ambicioso conseguiu revoltar o povo contra o rei e foi soltar Segismundo, que logo tomou conta do trono. Aí se revelou depois, aproveitada a lição da primeira saída, um rei justo, pacífico e piedoso.

Quando o cavaleiro, chefe dos revoltosos, pediu a recompensa pelo que fizera em prol da liberdade do príncipe, o novo rei respondeu-lhe, com plena aprovação do soberano depondo:

- Dou-te a torre, para ficares lá encerrado o resto da vida. O traidor não é preciso, quando a traição já passou.

No caso desta peça temos o príncipe enclausurado numa torre pelo amor de um pai, pela prudência de um rei ou pelos dois motivos juntos. Na tradição popular aparece com frequência o mito do príncipe encarcerado pela perversidade dos outros, pelo poder maléfico de uma bruxa, pela acção de espíritos maus e também pelo receio de um destino infeliz.

Em Espanha, cerca de um século antes de Calderon escrever o seu drama, houve uma rainha encarcerada. Joana a Louca, filha dos Reis Católicos Fernando e Isabel, mãe de Carlos V, avó de Filipe II, foi enclausurada por sofrer de perturbações mentais. Conseguiu libertá-la o aventureiro Juan de Padilla - e, tal como na peça de Calderon, ela não recompensou o libertador, que morreu no patíbulo. Voltou depois à reclusão em que o pai a fechara e na qual o filho haveria de mantê-la até à morte.

É possível que este caso tenha inspirado o escritor, mas na História tem havido muitos casos de príncipes encarcerados: Isabel I de Inglaterra encarcerou Maria Stuart, Pedro II de Portugal depôs e prendeu seu irmão Afonso VI, Filipe IV de Espanha encerrou o infante D. Duarte de Bragança, irmão de João IV de Portugal, na fortaleza de Milão e deixou-o ali agonizar durante oito longos anos, até o preso morrer.

Miguel de Ferdinandy, porém, atem-se principalmente ao meio espanhol e ao caso, também anterior a Calderon, do príncipe D. Carlos, filho de Filipe II, mandado encarcerar pelo pai, porque se tratava de um moço com ataques de loucura furiosa. No cárcere morreu com vinte e poucos anos, devido a uma queda.

Até aqui o ensaísta considerou o caso do príncipe encarcerado por vontade alheia; mas detém-se depois no príncipe que se enclausura a si próprio.

Carlos V, o monarca mais poderoso dos tempos modernos - Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Príncipe dos Países Baixos, Rei da Espanha e da Sicília - senhor de um império «onde o Sol nunca se punha», segredou um dia em Valência ao Duque de Gândia (que mais tarde seria jesuíta e santo, Francisco de Borja) o desejo de abdicar e retirar-se. E logo pensou num local de reclusão - «reclusão e encerramento», como diria Filipe II que levou ao extremo o desejo do Imperador, ao dar ao Escorial, na paisagem adusta de Castela, a grandeza, a força, o peso, a capacidade de isolamento do Mundo, que ainda conserva.

Este o aspecto novo do príncipe encarcerado - o príncipe auto-encarcerado. Mais curioso é que o ensaísta filia este pendor histórico para o auto-encarceramento num antepassado português. E explica:

«Tanto um homem como uma comunidade histórica levam em si mesmos um certo mito, que não é senão o seu próprio símbolo interior, a superior possibilidade do seu ser; e esse mito, passadas as décadas de uma vida individual, ou os séculos do decorrer histórico de uma nação, torna-se sempre mais manifesto, mais dominante, até que por fim chega a ser destino ou *fatum* da nação em que se tenha plasmado.

«Esse mito acerca do príncipe encarcerado, como um dos símbolos interiores do ser ibérico, manifesta-se já na primeira metade do século XV, e dessa vez não em Espanha, mas em Portugal. Neste caso não se trata já do cativo a que - justa ou injustamente - um príncipe condena outro da mesma Casa, mas - correspondendo mais ao sentido original do mito cujas raízes procuramos - de uma heróica auto-reclusão de formas insólitas e grande estilo.

«O Príncipe de Sagres, Henrique o Navegador, como sabemos, navegou realmente pouco; em vez disso, encarcerou-se a si próprio dentro das muralhas da sua casa no alto do Cabo de Sagres, nesse ponto heróico da Europa, em que a última rocha do Continente se, perde nas ondas do *Mar Tenebroso* dos Descobrimentos. Foi dali, daquele cabo, do castelo que lhe serviu de convento e de academia naval, que o Príncipe enviou os seus navios para África, sempre mais e mais para o SuI, a zona tórrida da Terra, enquanto ele próprio quase nunca se deslocava, sentado no alto do seu padrão sobre mares e terras, como Deus-Pai no trono dos Céus...

«Fernando Pessoa, poeta português, encontrou uma visão poética de expressão adequada desta atitude do governante sentado em aparente imobilidade, no simbólico centro do Universo, eleito por ele e para ele próprio:

«Em seu trono entre o brilho das esferas, com seu manto de noite e solidão,
tem aos pés o mar novo e as mortas eras - o único Imperador que tem, deveras, o globo
mundo em sua mão».

Não valerá a pena acompanharmos o autor do estudo através das ligações familiares do Infante D. Henrique com Joana a Louca, Carlos V, Filipe II, etc. Mas importa certamente procurar as razões psicológicas válidas dessa atitude perante a vida. Válidas quanto à pessoa do Príncipe, que pode não se fechar na sua torre, para se isolar do Mundo, mas precisamente para poder actuar sobre ele, para ter as condições indispensáveis ao realizar da sua obra. E válidas quanto ao próprio *substratum* espiritual do povo, que o Príncipe em determinada altura encarna e conduz, no cumprimento do *fatum* a que Miguel de Ferdinandy se refere.

Seria de perguntar quais as razões de se ter criado neste povo, vivendo na sua estreita, apertada torre entre a Espanha e o mar, o mito que aparece incarnado no Infante. Não corresponderá a criação desse mito a uma necessidade conjunta do destino do povo e

das condições de acção? E até que ponto haverá linhas de coincidência do mito do *príncipe encarcerado* com o mito do *príncipe ausente*, que é o Encoberto?

Como quer que seja, um facto é certo: o mito peninsular a que Miguel de Ferdinandy chama o mito do príncipe encarcerado, tem duas variantes historicamente reconhecidas: a de um destino passivamente sofrido por um, sob imposição da vontade de outrem; e o de um destino activo e conscientemente elevado a uma posição de auto-encarceramento em cumprimento de um apelo superior, na expressão da mais alta possibilidade do seu ser. Na segunda variante temos o Infante D. Henrique, Carlos V, Filipe II. Somos levados sem querer a pensar no príncipe encarcerado português do século XX, elevado em auto-cativeiro a essa posição magnífica e singular de separação sobre-humana, onde julga sem paixão e acima das paixões, sem interesse e acima dos interesses, e onde actua até onde é possível, porque a política continua a ser, infelizmente, apenas a ciência e a arte do possível.

Na consideração deste mito chegamos efectivamente à confrontação das personalidades do Infante e de Salazar. A mesma doação total de si próprios a um sonho cuja finalidade os transcende, a mesma aparente frieza, a mesma preocupação em agir segundo a ciência e a experiência, a mesma lógica na justificação das acções a empreender (ver, por exemplo, em Azurara, as razões do Infante quanto à empresa de África), a mesma fé, a mesma tenacidade a mesma reclusão, o mesmo isolamento, a mesma entrega ao trabalho, o mesmo desapego pelas honrarias da Corte. São duas figuras irmãs, a uma distância de quinhentos anos. Um, o príncipe que desencadeou a epopeia; outro, o príncipe que tentou impedir a derrocada...

Entusiasmado com a figura extraordinária do ministro, tão diferente de quantos conheceu até então e que, encerrado no isolamento do seu gabinete, construiu tenazmente uma obra tida por impossível, António Ferro logo o comparou ao Infante de Sagres. Ainda Miguel de Ferdinandy, não havia publicado o ensaio em que projecta os grandes prisioneiros na expressão de um destino histórico e na concretização de um mito.

Antes de haver entrado no Ministério das Finanças, havia Salazar saído do Continente, para fazer duas conferências no Funchal em Abril de 1925. Também tinha ido ao estrangeiro: a Espanha com o Prof. Serras e Silva, à Bélgica com o Prof. Gonçalves Cerejeira para assistir em Liège a um congresso da Juventude Católica. Deteve-se então em Paris, onde parece ter visitado o famoso Padre Doncoeur, e passou por Lourdes. Só depois de aceite o encargo de ministro o encarceramento se efectivou. As raras vezes que ao depois atravessou a fronteira foi para se encontrar em Espanha com o Generalíssimo Franco e tratarem de problemas da política peninsular. Encontros simples, sem festas nem cerimónias oficiais. De resto, sempre prisioneiro.

Ao princípio saía às vezes a qualquer localidade da província para se inteirar do funcionamento dum serviço ou do andamento dum trabalho. Mas sempre incógnito. Era como se o prisioneiro se deslocasse sob prisão.

Christine Garnier anotou a dureza desta situação: «O próprio ar do oceano só o pode respirar do alto de uma muralha, como um prisioneiro».

Dizia ainda a mesma escritora, referindo-se aos passeios que ele se permitia pelos

discretos caminhos da sua aldeia: «Dir-se-ia um prisioneiro perpétuo a quem se teria consentido sair do cárcere por alguns minutos».

E ele próprio confessaria, sorridente:

- *Sou um prisioneiro. Sim, um prisioneiro.*

Qual a razão do isolamento de Salazar?

Em primeiro lugar será de aceitar por índole própria. Já em criança ele era o rapazinho retraído, que preferia, às correrias com os cachopos da sua idade, passear com o seu cãozito.

Depois, a necessidade do tempo para trabalhar, considerando não apenas o acto de ler relatórios e redigir leis, mas o labor de pensar detidamente sobre eles. Os banquetes, as sessões solenes, as cerimónias, são incompatíveis com tal trabalho.

Finalmente a necessidade de isolamento moral, para que não pesassem sobre as suas resoluções quaisquer influências positivas ou inibitórias, recebidas de contactos com outrem - ou parecer que tais influências houvera, o que em política não interessa menos. O homem só, é o homem forte. Ele tinha a força de quem sabe o que quer - e de saber querer.

Vivia encarcerado e sabia tudo. Duma das primeiras vezes que o engenheiro Jorge Jardim lhe levou notícias de Moçambique, ainda em plena paz, falou-lhe da pretensão que certas pessoas tinham de reunir numa só empresa todas as companhias de caminhos de ferro da Província. O Presidente sorriu:

- Essa é a tese de Fulano. Mas ele vê só um dos aspectos da questão, que não é tão simples como ele julga.

E expôs detalhadamente as condições geográficas, económicas e administrativas em que o problema tinha de ser situado. Com tal conhecimento da região, das pessoas, das contendas e até das ambições pessoais, que o visitante ficou assombrado como era possível aquele homem isolado no seu gabinete em Lisboa saber mais do assunto e vê-lo com mais justeza do que os próprios interessados de Moçambique.

Ao configurar o perfil psicológico de Salazar é possível associar-lhe em caricatura uma curiosa personagem criada por Agatha Christie: a velha Miss Marple, que vive sozinha numa cidade da província e tem a particularidade de descobrir elementos de comparação, graças a uma excelente memória, entre certos casos difíceis que lhe apresentam com outros de que ela soube, ocorridos muitos anos antes, e nos quais as constantes inelutáveis da natureza humana deixam sempre as marcas próprias. A argúcia da velha inglesa, conhecedora da vida de toda a gente e meditando nos factos enquanto desenvolve o seu *tricot*, não é possível deixar de lembrar-nos aquele senhor que procura reduzir os problemas, tanto quanto possível, a esquemas simples, de compreensão geral, despidos do luxo de nomenclaturas técnicas, associando-os a exemplos facilmente inteligíveis (Suponhamos um comerciante a vender com metro elástico...).

Um senhor de idade que nos recebe com extrema gentileza, com verdadeira afabilidade (*Ponha esta manta sobre os joelhos. Olhe, não apanhe frio!*) para nos demorarmos em horas de conversa descuidosa, tanto a discorrer sobre coisas sérias do momento como a lembrar casos e pessoas, que ele conhece muito melhor do que poderíamos supor em governante aturdido a toda a hora com os difíceis negócios do Estado. E então é uma velha bisbilhoteira, por tanta coisa que sabe e tanta insignificância que lhe interessa (mas serão insignificâncias?). E ao mesmo tempo é um moço, pela frescura dos seus comentários, pela jovialidade do seu riso divertido. Mas logo se nos revela um velho

com sabedoria de mais de dois mil anos, diríamos que a superar o tempo. Como se todo o tempo tivesse ficado dentro de si.

O homem que por amor do comum se encarcerou a si próprio dentro de si próprio acabou por ficar, pela doença, encarcerado. E o que parecia ir vencendo o tempo, foi vencido pelo tempo que, nos últimos dois anos de vida impiedosamente o arrastou numa tragédia shakespeariana.

Em 6 de Setembro de 1968, em consequência de haver caído de uma cadeira e sofrido uma pancada na cabeça, o que originou hematoma, foi sujeito à cirurgia da trepanação. Quando se julgava salvo do acidente, uma dor violenta na cabeça, à qual acudiu com a mão (*Ai, Jesus! Ai, Jesus! Nossa Senhora me acuda! Ai, que eu não aguento!*). Uma hemorragia cerebral, que durante semanas angustiosas o reteve no hospital, donde sairia inválido.

Conseguiu viver até 27 de Julho de 1970 com períodos de lucidez e até vivacidade intelectual, intacta a memória mas só até ao momento do acidente, e outros períodos, longos, de apatia e sonolência.

Durante quase dois anos, na casa que por direito fora a sua residência oficial, continuou a viver e a receber visitas, como se efectivamente fosse ainda o Presidente do Conselho. Nunca soube, nem manifestou sinal de que o houvesse suspeitado, que em 27 de Setembro de 1968 fora substituído naquelas funções pelo Prof. Marcelo Caetano. Continuava a falar como se fosse ainda o Chefe do Governo e as visitas sustentavam a mentira piedosa, situação verdadeiramente trágica, que só poderia acabar pela morte ou por inadvertida indiscrição que precipitasse o doente no fim.

Morreu em 27 de Julho de 1970 e foi sepultado em campa rasa, ao lado dos pais, no cemitério da sua aldeia.